

## Instrução Normativa Sebrae Nº 41, de 31 de março de 2025

### PROJETOS, PARCERIAS E CONVÊNIOS

#### CAPÍTULO I - OBJETIVO

**Art. 1º.** Disciplinar a elaboração de projetos, a realização de parcerias, a formalização, a gestão e a prestação de contas relativas a convênios e parcerias com o Sebrae.

**Parágrafo único.** Nos projetos em que o Sebrae for o partícipe executor de recursos de terceiros aplicam-se, na formalização e na execução, as regras da concedente.

#### CAPÍTULO II – DEFINIÇÕES

**Art. 2º.** Para os fins desta Instrução Normativa serão adotadas, além das definições constantes no Regulamento de Convênios do Sistema Sebrae (Resolução CDN n.º 531, de 31 de outubro de 2024), as seguintes definições:

- I. **portal de convênios:** sistema disponibilizado pelo Sebrae para que o parceiro e/ou o Sebrae possam apresentar projetos de parceria, realizar acompanhamento, monitoramento, prestação de contas e realizar o encerramento do convênio;
- II. **núcleo de convênios:** colaboradores especializados que têm o objetivo de apoiar a gestão do processo de convênio no que compete a conformidade da execução do plano de trabalho, a prestação de contas financeira e o encerramento, de acordo com o instrumento firmado.
- III. **sistema de gestão do Sebrae:** sistema disponibilizado para estruturação, acompanhamento das ações e gestão dos recursos orçamentários do convênio pelo gestor do Sebrae.

#### CAPÍTULO III – VALORES LIMITES DE PARTICIPAÇÃO

**Art. 3º.** Nos projetos de iniciativa do Sebrae ou de parceiros, a participação financeira do Sebrae será de até 85% (oitenta e cinco por cento) do valor total do projeto.

**Parágrafo único.** Caso o projeto contemple a participação financeira do Sebrae/UF, o percentual de sua participação deve ser somado ao do Sebrae e limitado a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor total do projeto.

**Art. 4º.** A contrapartida do partícipe executor deverá ser de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do valor total do projeto e deverá ser composta exclusivamente de recursos financeiros.

**Parágrafo único.** O ingresso de novos partícipes no decorrer da execução do objeto só poderá ocorrer mediante aprovação da Diretoria Executiva (DIREX) e assinatura

de termo aditivo e os recursos eventualmente aportados pelos novos partícipes ao projeto deverão ser utilizados para ampliar proporcionalmente o escopo da parceria ou para reduzir a participação das partes iniciais na mesma proporção.

**Art. 5º.** As receitas do rendimento de aplicação financeira não são consideradas como novo aporte de recursos e sua utilização deverá ser precedida de solicitação e autorização do Chefe de Gabinete da Diretoria de Supervisão e assinatura de termo aditivo.

**Parágrafo único.** Estes recursos devem ser utilizados para ampliação do plano de trabalho originalmente proposto ou para repactuação do orçamento.

**Art. 6º** A transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio obedecerá ao projeto previamente aprovado, tendo por base o cronograma de execução física e financeira e seus prazos de desembolso.

#### **CAPÍTULO IV – ELABORAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE PROJETOS E DE PLANOS DE TRABALHO**

**Art. 7º.** A elaboração de projetos e planos de trabalhos deverá ocorrer conforme roteiro constante no Anexo A desta INS.

**§1º** O projeto deverá ser acompanhado dos documentos indicados no art. 9º do Regulamento de Convênios aprovado pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN).

**§2º** Caso a parceria seja com entidade do CDN deve ser enviado o formulário de conflito de interesses, disponibilizado pela Unidade de Integridade Corporativa (UIC).

**§3º** Nos projetos em que haja a previsão de execução dos recursos do convênio de forma descentralizada por entidades vinculadas ao partícipe, este deverá informar tal situação no projeto e observar o disposto no art. 29, V desta INS, no momento da prestação de contas.

**§4º** As certidões de regularidade fiscal poderão ser consultadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Caso os partícipes não estejam cadastrados no SICAF, deverão apresentar as certidões acompanhadas das autenticidades, juntamente com o projeto.

**Art. 8º.** Caso haja parceiro não-executor ou parceria firmada com órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, entidades internacionais, ou caso se trate de convênio sem transferência de recursos entre os partícipes, não serão exigidos os documentos de regularidade fiscal, nem os atestados de capacidade técnica.

**Art. 9º.** Caso haja parceiro integrante do Sistema Sebrae, não serão exigidos os documentos previstos no art. 9º do Regulamento de Convênios.

**Art. 10.** A regularidade fiscal dos partícipes, nos convênios que possuam repasse de recursos, será condição para emissão dos instrumentos de convênio e dos aditivos.

**Parágrafo único.** Não será verificada a regularidade fiscal do parceiro na emissão dos termos de apostilamento, nem no momento da liberação do recurso.

**Art. 11.** Nas parcerias celebradas com entidades do Conselho Deliberativo Nacional, os atestados de capacidade técnica deverão ser diligenciados pelo gestor da seguinte forma:

- a) solicitação de cópia do instrumento que gerou o atestado; ou
- b) e-mail ao emissor do atestado questionando sobre o projeto informado; ou
- c) verificação in loco.

## **Seção 1 – PLANOS DE TRABALHO**

**Art. 12.** Os convênios de cooperação geral e de cooperação técnica, previamente aprovados pela DIREX, poderão ter ações, com ou sem recursos, as quais serão apresentadas por meio de planos de trabalho.

**§1º** A elaboração do plano de trabalho deve observar o disposto no Anexo A desta INS, com detalhamento das ações, prazos e responsáveis pela execução.

**§2º** Os convênios poderão ter vários planos de trabalho, cada um com a definição do seu respectivo gestor e seu processo específico.

**Art. 13.** Na vigência de um convênio, os planos de trabalho que não envolvam transferência de recursos serão submetidos para parecer da Unidade de Estratégia e Transformação (UGE) e da Unidade de Assessoria Jurídica (UASJUR) e encaminhados ao Diretor de Supervisão ou seu delegado, para sua aprovação.

**Parágrafo único.** Os planos de trabalho que envolvam transferência de recursos devem ser aprovados pela DIREX.

## **CAPÍTULO V – TERMO DE PARCERIA**

**Art. 14.** O termo de parceria poderá ser utilizado para formalização de convênios que possuam ações pontuais e específicas a serem executadas em até um mês a partir da assinatura do instrumento e que não envolvam a transferência de recursos entre os partícipes.

**§1º** Para a formalização dos termos de parceria é necessário:

- a) apresentação de projeto nos termos do Anexo A desta INS;
- b) juntada dos documentos de regularidade jurídica do parceiro, dispensada a regularidade fiscal;
- c) parecer da Unidade de Gestão do Orçamento, Contabilidade e Convênios (UGOC) e da Unidade de Integridade Corporativa (UIC);
- d) análise preliminar de mérito pela Diretoria Executiva;
- e) nota técnica de análise do projeto submetida à deliberação do Diretor de Supervisão do Sebrae, ou por seu delegado;
- f) elaboração do termo de parceria pela Unidade de Assessoria Jurídica.

§2º Ficam dispensados os pareceres da Unidade de Assessoria Jurídica e da Unidade de Estratégia e Transformação.

## CAPÍTULO VI – APROVAÇÃO PRELIMINAR DE MÉRITO DO PROJETO DE CONVÊNIO

**Art. 15.** A Unidade Técnica responsável, ao receber o projeto, antes de sua análise técnica, deverá encaminhá-lo para o Gabinete da Diretoria de Supervisão, que o submeterá a aprovação preliminar de mérito pela Diretoria Executiva.

**Parágrafo único.** Juntamente com o projeto a Unidade deverá encaminhar:

- a) Parecer de **Due Diligence** de Integridade emitido pela Unidade de Integridade Corporativa do Sebrae (UIC);
- b) Parecer sobre a regularidade de prestação de contas, pelo partícipe executor, de convênios anteriores, devendo informar, quando houver, a existência de débitos vencidos ou vincendos emitido pela Unidade de Gestão do Orçamento, Contabilidade e Convênios (UGOC); e
- c) Documento comprovando que, no caso de projeto com ações regionais ou estaduais, foi dada ciência à Diretoria Executiva da respectiva Unidade do Sistema Sebrae, evitando sobreposição de objetos e ações.

**Art. 16.** Compete à **Diretoria Executiva** a análise preliminar de mérito do projeto que dará origem ao convênio ou ao termo de parceria, avaliando a oportunidade e o interesse na realização da parceria, sendo vedada a delegação desta atividade.

**Parágrafo único.** Caso, na análise preliminar de mérito, a **Diretoria Executiva** identifique a necessidade de ajustes ou adequações no projeto, ele será devolvido a unidade responsável para providências.

**Art. 17.** Estando favorável preliminarmente ao mérito da proposta, a **Diretoria Executiva** emitirá o termo de análise preliminar, o assinará e enviará à unidade técnica para prosseguimento da análise do projeto.

**Parágrafo único.** O termo de análise preliminar de mérito (Anexo O desta INS) deverá conter, no mínimo:

- a) nome do proponente;
- b) objetivo da parceria;
- c) prazo de vigência;
- d) valor do projeto.

## CAPÍTULO VII - PARECERES

**Art. 18.** A unidade técnica responsável deverá analisar o projeto e verificar sua aderência às finalidades institucionais do Sebrae, por meio do documento denominado Análise Técnica de Projeto (ATP) disponibilizado no sistema de apoio ao processo decisório (SEAP), observando os requisitos descritos no Anexo B desta INS.

**Parágrafo único.** A análise técnica dos projetos que originarão termos de parceria, deverá ser realizada via Nota Técnica, e deverá conter os Requisitos para Elaboração de Análise Técnica, constantes do Anexo B desta INS.

**Art. 19.** A unidade técnica responsável após a análise do projeto deverá solicitar os pareceres das seguintes Unidades:

- a) Unidade de Estratégia e Transformação (UGE): análise de adesão do projeto às diretrizes do PPA.
- b) Unidade de Assessoria Jurídica (UASJUR): análise dos aspectos legais e normativos (parecer opinativo).
- c) Gabinete da Presidência (PRESI): análise de eventual pendência de entrega, de conclusão da análise ou de devolução de recursos de contrapartidas de patrocínio anteriores, se houver;

**§1º** Não será exigido parecer da UGE nos convênios de cooperação geral e nos convênios de cooperação técnica celebrados com a Administração Pública Direta ou Indireta.

**§2º** Não será exigido parecer da Unidade de Integridade Corporativa nos convênios de cooperação técnica celebrados com a Administração Pública Direta ou Indireta.

**§3º** Nos planos de trabalho celebrados com a Administração Pública Direta ou Indireta decorrentes de convênios de cooperação técnica será necessário parecer da Unidade de Estratégia e Transformação e da Unidade de Políticas Públicas.

## CAPÍTULO VIII - APROVAÇÃO DO PROJETO

**Art. 20.** A aprovação pela DIREX será condição indispensável para que os instrumentos sejam assinados, salvo quando expressamente dispensada.

## CAPÍTULO IX – INSTRUMENTOS JURÍDICOS

**Art. 21.** Os instrumentos de convênio, termo aditivo, termo de adesão, termo de parceria e termo de apostilamento serão elaborados pela Unidade de Assessoria Jurídica do Sebrae.

**Art. 22.** Quando os instrumentos mencionados no art. 21 tiverem origem externa ao Sebrae, a Unidade de Assessoria Jurídica deverá analisar a conformidade do instrumento às normas desta INS, bem como vistar o documento antes de sua assinatura.

## **CAPÍTULO X – TERMO DE APOSTILAMENTO E TERMO ADITIVO**

**Art. 23.** Deverão ser autorizadas pelo gerente ou gerente adjunto da unidade demandante, mediante nota técnica com justificativa, as prorrogações de prazo e as alterações nos planos de trabalho que não impliquem, em acréscimo ou supressão de recursos, ou alteração do percentual de participação dos partícipes, dispensado o parecer da Unidade de Assessoria Jurídica.

**Parágrafo único.** Essas alterações poderão ser realizadas por meio de termo de apostilamento assinado pelo gerente ou gerente adjunto e gestor do projeto no Sebrae, sendo o seu envio aos demais partícipes o suficiente para os efeitos que se propõe.

**Art. 24.** As alterações que impliquem em acréscimo ou supressão de recursos, e/ou alteração de percentual de participação dos partícipes e/ou utilização de rendimentos financeiros deverão ter parecer da Unidade de Assessoria Jurídica, serem aprovadas pela DIREX e formalizadas em termo aditivo.

## **CAPÍTULO XI - GESTOR DO CONVÊNIO**

**Art. 25.** O empregado designado pela gerência da unidade será o responsável pela gestão do convênio, competindo-lhe, com o apoio e supervisão do gerente da unidade:

- I. encaminhar o instrumento jurídico para assinatura das partes e enviar uma via e os seus anexos ao partícipe executor, mantendo a via do Sebrae no processo;
- II. agendar reunião no início da execução do projeto com o gestor do parceiro, UGOC e UASJUR para orientações sobre a execução e a prestação de contas do convênio;
- III. encaminhar processo com o instrumento jurídico e seus aditivos, devidamente assinados, à UGOC para cadastro;
- IV. monitorar a atualização do projeto realizada pelo parceiro, no sistema de gestão do Sebrae;
- V. solicitar ao parceiro que envie o certificado de aprovação do gestor indicado para o Convênio na capacitação sobre gestão de convênios disponibilizada pela Universidade Corporativa do Sebrae;
- VI. acompanhar via Portal de Convênios a execução das ações previstas no projeto e no convênio, arquivando no processo toda a documentação que for produzida, relacionada ao acompanhamento e à gestão do convênio;
- VII. realizar diligências, quando necessárias, documentando-as formalmente;
- VIII. solicitar ao partícipe executor relatório de comprovação da execução física;
- IX. monitorar os registros dos atendimentos realizados;



- X.** realizar a análise e validar os relatórios parciais físicos e financeiros (Anexo G desta INS), ao final de cada etapa do projeto, mediante a elaboração de nota técnica contendo as ações previstas em relação às executadas no período, para liberação das parcelas e continuidade do convênio;
- XI.** realizar análise das ações previstas em relação às executadas e propor, caso necessário, o aditamento do instrumento;
- XII.** registrar as ações de monitoramento da gestão no Portal de Convênios;
- XIII.** manter a guarda do processo durante a execução, tramitação de prestação de contas parcial e final e encerramento do convênio;
- XIV.** acompanhar continuamente a realização da execução física e financeira do convênio, comparando o previsto no plano de trabalho com o realizado, visando a boa gestão e possíveis pendências e/ou necessidade de ajustes;
- XV.** monitorar o cumprimento do prazo de apresentação da prestação de contas final, realizando todas as diligências necessárias;
- XVI.** elaborar nota técnica para autorização, pelo Diretor de Supervisão, de medida judicial nos casos em que a prestação de contas não for apresentada no período previsto nesta INS ou em caso de cobrança judicial dos valores a serem eventualmente devolvidos;
- XVII.** elaborar parecer técnico de encerramento do convênio, destacando os resultados alcançados e os benefícios gerados, e comunicar o(s) partícipe(s), por meio de carta;
- XVIII.** solicitar a UGOC/Núcleo de Convênios a imediata baixa dos recursos remanescentes, não repassados ao conveniente, tão logo o convênio tenha prazo de vigência encerrado, mediante emissão de nota técnica contextualizando o motivo e as razões da não utilização do recurso;
- XIX.** diligenciar a cobrança dos saldos não executados e/ou glosas ao partícipe executor e/ou aqueles referentes as devoluções adicionais identificadas pela UGOC/Núcleo de Convênios, devidamente atualizados;
- XX.** informar a Diretoria de Supervisão sobre irregularidades identificadas pela UGOC na prestação de contas e, caso autorizado, acionar a Unidade de Auditoria Interna do Sistema Sebrae (UAUD) para uma verificação completa da prestação de contas;
- XXI.** acompanhar a auditoria nos convênios de cooperação técnica e financeira celebrado com Entidades do Conselho a ser conduzida pela Unidade de Auditoria Interna do Sistema Sebrae.

§1º É responsabilidade do gerente ou do gerente adjunto formalizar a indicação do empregado que assumirá a função de gestão do convênio, através do termo de designação de gestor, o qual deverá ter tempo suficiente para gerir o convênio de forma eficiente.

§2º É obrigação dos empregados que trabalham com convênios realizar a capacitação sobre gestão de convênios disponibilizada pela Universidade Corporativa do Sebrae, como condição indispensável para ser nomeado gestor de convênio.

§3º Em caso de necessidade de troca de gestor, deverão ser providenciados os seguintes documentos, sendo mantida a responsabilidade do gestor atual até conclusão da análise de prestação de contas parcial:

- a) elaboração de nota técnica, pelo gestor que está deixando o projeto, com a análise da execução física do projeto até o momento da troca;
- b) solicitação de conferência das documentações das receitas e despesas, inseridas até o momento no Portal de Convênios – módulo de prestação de contas, que compõem a execução financeira com emissão de nota técnica pela Unidade de Gestão do Orçamento, Contabilidade e Convênios (UGOC);
- c) inclusão no processo do novo termo de designação do novo gestor.

**Art. 26.** Compete ao gestor do plano de trabalho, empregado designado pela gerência da unidade responsável pelo plano, as seguintes obrigações:

- I. anexar ao processo o termo de designação do gestor;
- II. receber o plano de trabalho e avaliar a consistência dos documentos encaminhados e das ações propostas;
- III. solicitar parecer da Unidade de Estratégia e Transformação (UGE) e da Unidade de Políticas Públicas (UPP), quando se tratar de convênios firmados com a Administração Pública, e da Unidade de Assessoria Jurídica (UASJUR);
- IV. encaminhar o instrumento jurídico para assinatura das partes e enviar uma via e os seus anexos ao outro partícipe, mantendo a via do Sebrae no processo;
- V. encaminhar ou tramitar o processo devidamente instruído com a cópia do instrumento jurídico e seus aditivos, devidamente assinados, à UGOC/Núcleo de Convênios;
- VI. acompanhar a execução das ações previstas no plano, inserindo no processo toda a documentação que for produzida, relacionada ao acompanhamento e à gestão do plano;
- VII. realizar diligências, quando necessárias, documentando-as formalmente;
- VIII. realizar análise das ações previstas em relação às executadas e propor, caso necessário, o aditamento do instrumento;
- IX. registrar as ações de monitoramento da gestão no Portal de Convênios, no mínimo, a cada 6 (seis) meses de vigência do instrumento;
- X. monitorar os registros dos atendimentos realizados;
- XI. manter a guarda do processo durante a execução, tramitação de prestação de contas física e encerramento do plano;
- XII. elaborar parecer técnico de encerramento do plano, destacando os resultados alcançados e os benefícios gerados, e enviar para a unidade responsável pelo convênio.

**Art. 27.** O gerente da unidade deverá manter atualizado no processo o nome do gestor responsável pelo convênio ou pelo plano de trabalho.



## CAPÍTULO XII – NÚCLEO DE CONVÊNIOS

**Art. 28.** O Núcleo de Convênios estará diretamente subordinado à Unidade de Gestão do Orçamento, Contabilidade e Convênios, competindo-lhe:

- I. receber o projeto de convênio, via portal de convênios;
- II. emitir a declaração de regularidade de prestação de contas, pelo partícipe executor, de convênios anteriores, devendo informar, quando houver, a existência de débitos vencidos ou vincendos;
- III. encaminhar o projeto, via sistema, para parecer da Unidade de Integridade Corporativa e para acompanhamento da Unidade Técnica responsável;
- IV. verificar se o gestor do convênio está realizando a devida instrução processual, conforme instruções normativas vigentes e orientá-lo;
- V. controlar os prazos de vigência dos convênios e emitir alerta aos gestores e gerentes;
- VI. conferir se a documentação para liberação de recursos está em conformidade com o instrumento de convênio e com as normas internas do Sebrae;
- VII. capacitar e orientar os empregados e parceiros nos aspectos administrativos, nos aspectos contábeis-financeiros, na execução dos recursos, na prestação de contas e na utilização do Portal de Convênios;
- VIII. analisar a prestação de contas financeira dos convênios de cooperação técnica e financeira;
- IX. encerrar os processos após elaboração do termo de encerramento pelo gestor e realizar as baixas necessárias.

## CAPÍTULO XIII – PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Art. 29.** A prestação de contas final dos instrumentos regulados por esta INS será efetuada no Portal de Convênios – módulo de prestação de contas, disponibilizado pelo Sebrae, com preenchimento dos dados requeridos, e deverá ser apresentada, pelo partícipe executor, no prazo de até 60 (sessenta) dias improrrogáveis, contados do término da vigência do convênio, evidenciando a alocação total dos recursos dentro das metas/etapas e atividades previstas no plano de aplicação e ainda, com a juntada dos Anexos D a G desta INS, devidamente preenchidos, além dos seguintes documentos:

- I. cópia dos extratos bancários da conta corrente única do convênio e da conta de aplicação financeira, relativa à movimentação de recursos, e cópia dos comprovantes bancários de recolhimento ao Sebrae e ao partícipe executor do saldo existente, se for o caso e comprovante de encerramento da conta corrente única junto a instituição financeira;
  - a) quando se tratar de entidades parceiras integrantes da Administração Pública Federal, cópia do demonstrativo do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos seus registros contábeis, capazes de comprovar a utilização dos recursos do Sebrae alocados ao convênio, e a devolução, se for o caso, do saldo não aplicado à conta por ele indicada, observada a proporcionalidade de aporte dos partícipes.

- II. declaração de que, na aquisição de produtos e na contratação de serviços, com recursos do convênio, foram observados os princípios de impessoalidade, moralidade e economicidade, segundo os critérios estabelecidos no Anexo J desta INS;
- III. relatório dos benefícios resultantes para o público do Sebrae, quando ocorrer transferência de recursos para ações que tiverem beneficiado, direta ou indiretamente, médias e grandes empresas;
- IV. comprovação de encerramento do convênio nos sistemas corporativos do Sebrae;
- V. nos projetos em que haja previsão de execução dos recursos do convênio, de forma descentralizada, por entidades vinculadas ao partícipe, este deverá exigir das suas entidades vinculadas, o cumprimento das mesmas regras e procedimentos aos quais está sujeito, em relação às peças da prestação de contas, acrescido dos seguintes documentos:
  - a) declaração de responsável legal da entidade vinculada de que cumpriu os procedimentos estabelecidos nesta INS e que os gastos são inerentes às ações do projeto que foram objeto de repasse;
  - b) declaração do contador da entidade vinculada de que os valores apresentados na prestação de contas entregue estão suportados por documentação física hábil e original, com identificação do convênio/projeto e classificada corretamente nas peças de prestação de contas apresentadas;
  - c) instrumento firmado para o repasse dos recursos do Sebrae, contendo as obrigações citadas no inciso V, e alíneas “a” e “b” deste artigo;
  - d) documento emitido por área/empresa técnica específica, validando a prestação de contas de suas unidades vinculadas, nos termos definidos no inciso V, e alíneas “a” e “b” deste artigo;
- VI. demonstrativo de execução de receitas e despesas com recursos alocados pelo Sebrae (Anexo D retirado do Portal de Convênios, módulo Prestação de Contas);
- VII. relação de pagamentos efetuados com recursos do Sebrae (Anexo E retirado do Portal de Convênios, módulo Prestação de Contas);
- VIII. relação de pagamentos efetuados com recursos dos partícipes (Anexo F retirado do Portal de Convênios, módulo Prestação de Contas);
- IX. relatório de execução físico-financeira, que explicitará as ações executadas, o público atendido, os resultados alcançados comparados aos propostos e a quantidade de recursos alocados pelo partícipe executor (Anexo G desta INS), em conformidade com os dados relacionados no Anexo D;
- X. relação de pagamentos efetuados com rendimentos do Sebrae, quando houver (Anexo L retirado do Portal de Convênios, módulo Prestação de Contas); e
- XI. relação de pagamentos efetuados com rendimentos da contrapartida financeira, quando houver (Anexo M retirado do Portal de Convênios, módulo Prestação de Contas).

**§ 1º** O conveniente continuará responsável pela execução do instrumento, sendo que a unidade executora responderá solidariamente na relação estabelecida.

**§ 2º** Quando constatado o desvio ou malversação de recursos, irregularidade na execução do convênio ou gestão financeira do instrumento, responderão solidariamente o executor e seus representantes legais.

**Art. 30.** A prestação de contas, parcial e final, do Sebrae/UF ao Sebrae será simplificada. Nesses casos as exigências do caput do art. 29, que tratam do preenchimento do sistema de prestação de contas, serão substituídas pela execução orçamentária, extraída do sistema de gestão do Sebrae, pela declaração de observância do inciso V, alíneas “a” e “b” do art. 29 e pela comprovação da execução física, dispensada a obrigatoriedade do cumprimento dos art. 32 e 37 pela UGOC/Núcleo de Convênios, cabendo à unidade gestora proceder ao encerramento do convênio.

**Art. 31.** A prestação de contas será remetida pelo executor à UGOC, via portal de convênios, para verificar a observância às exigências previstas nesta norma, quanto às peças que compõem a prestação de contas.

**Art. 32.** Competirá à UGOC/Núcleo de Convênios:

- I. realizar análises parciais e finais da documentação comprobatória;
- II. realizar a verificação dos aspectos contábeis, financeiros e administrativos envolvidos na execução do objeto, nos termos da legislação aplicável e do instrumento firmado entre as partes;
- III. consultar o gestor do Sebrae responsável pela gestão do convênio, caso haja dúvida acerca da pertinência da despesa em relação ao objeto previsto, visando o alinhamento de entendimentos e a orientação do partícipe.
- IV. verificar a realização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços com recursos do convênio de acordo com o Anexo J desta INS;
- V. emitir nota técnica de prestação de contas parcial sobre os recursos executados, a cada duas parcelas liberadas com base na documentação comprobatória;
  - a) o pedido de análise da prestação de contas parcial deverá ser formalizado pelo gestor do Sebrae à UGOC e a nota técnica deverá ser emitida em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do recebimento do pedido de análise;
  - b) verificadas irregularidades nos documentos analisados, que ensejem devolução de recursos, o Núcleo de Convênios deverá apurar o valor e informar em nota técnica para que o gestor do convênio adote as providências junto ao partícipe executor;
  - c) a parcela subsequente será liberada de forma proporcional se o partícipe executor não realizar o depósito do valor glosado na conta única do convênio;
  - d) o prazo previsto na alínea “a” acima, será reduzido para até 35 (trinta e cinco) dias, a partir de 1º de outubro de 2025.
- VI. emitir parecer técnico de prestação de contas final, sobre os recursos financeiros aportados no convênio, que servirá de base para o seu encerramento;
  - a) verificadas irregularidades nos documentos analisados, que ensejem devolução de recursos, a UGOC deverá emitir parecer conclusivo sobre a

- matéria, apurar o valor a ser devolvido ao Sebrae, e informar ao gestor do convênio para comunicação ao partícipe executor;
- b)** não caberá ao gestor do convênio a convalidação de atos do partícipe executor contrários às vedações previstas no art. 24 do Regulamento de Convênios.
- VII.** verificar o cumprimento das exigências definida no art. 29, inciso V, nos convênios em que haja previsão de execução dos recursos do convênio, de forma descentralizada, por entidades vinculadas ao partícipe;
- VIII.** analisar as prestações de contas finais em até 90 (noventa) dias, contados da data de entrega de todos os documentos descritos no art. 29, caput, à UGOC;
- a)** o pedido de análise de prestação de contas final deverá ser formalizado pelo gestor do Sebrae à UGOC, via processo; e
- b)** o prazo previsto acima, será reduzido para até 60 (sessenta) dias, a partir de 1º de outubro de 2025.
- IX.** Avaliar se os percentuais de participação estabelecidos no convênio para as partes foram cumpridos. As diferenças de proporcionalidade serão apontadas em parecer, com a indicação dos valores a serem ressarcidos.

**§ 1º** A proporcionalidade é a verificação da participação financeira realizada durante a execução do convênio, de forma a manter a proporção estabelecida no instrumento de convênio.

**§ 2º** O cálculo da proporcionalidade será realizado na prestação de contas final, tendo como base as despesas totais executadas, antes da dedução de glosas, se ocorrerem, e aplicados aos percentuais de participação, estabelecidos no instrumento de convênio.

**§ 3º** Caso a prestação de contas parcial ou final encaminhada pelo executor não contenha toda documentação exigida para análise da prestação de contas, a UGOC/Núcleo de Convênios devolverá o processo para correção das falhas pelo partícipe executor, que terá o prazo de 10 (dez) dias para correção, e manterá o registro da pendência de prestação de contas;

**§ 4º** Caso verificada a impossibilidade de cumprimento da diligência no prazo de 10 (dez) dias, o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do partícipe e concordância da UGOC/núcleo de convênios registrada em correspondência ao partícipe.

**§ 5º** A contagem dos prazos previstos neste artigo será suspensa, sempre que houver a necessidade de esclarecimentos adicionais ou complementação da documentação comprobatória.

**Art. 33.** A UGOC, após concluir a análise da prestação de contas financeira, encaminhará o processo ao gestor do convênio para elaboração do parecer técnico de encerramento ou para adoção de outras providências indicadas no parecer técnico da UGOC/Núcleo de Convênios.

**Art. 34.** Verificado, pela unidade gestora, o descumprimento do prazo de apresentação da prestação de contas ou a necessidade de devolução de recursos, o

processo será encaminhado, por intermédio do Diretor de Supervisão, ou por seu delegado, à Unidade de Assessoria Jurídica do Sebrae para as medidas administrativas ou judiciais pertinentes.

**Art. 35.** A unidade gestora do convênio, por intermédio da diretoria a que estiver vinculada, poderá solicitar auditoria, a qualquer momento.

**Art. 36.** Caso haja mudança na forma de apresentação da prestação de contas durante a vigência do convênio, o partícipe executor deverá ser comunicado da alteração e orientado quanto à necessidade de observar os novos procedimentos.

**Art. 37.** A documentação comprobatória (faturas, recibos, notas fiscais, contratos ou equivalente etc.) dos pagamentos realizados na execução do convênio será emitida em nome do partícipe executor, com o respectivo ateste de recebimento do produto ou serviço, com a identificação do projeto e/ou o número do convênio, e deverá ser arquivada pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da data do termo de encerramento do convênio pelo Sebrae.

**§ 1º** Caso o convênio estabeleça que outros parceiros se responsabilizem pela aplicação de parte dos recursos, os documentos a que alude o *caput* poderão ser emitidos em nome desses parceiros;

**§ 2º** Nos projetos em que existirem dois ou mais partícipes executores, deverá ser definido qual deles será o responsável pelo preenchimento do sistema de prestação de contas.

**Art. 38.** Será vedada a celebração de novos convênios com a entidade enquanto a prestação de contas final de convênio e/ou avaliação de contrapartida de patrocínio estiver:

- a) pendente de apresentação ao Sebrae;
- b) em análise e/ou pendente de análise de prestação de contas na UGOC/Núcleo de Convênios, nos casos dos convênios, ou no Núcleo de Patrocínio, nos casos dos patrocínios; ou
- c) com valores a serem devolvidos ao Sebrae, mesmo que parcelados.

**Art. 39.** Os convênios que não envolvam transferência de recursos também deverão ser encerrados no prazo de até 30 (trinta) dias improrrogáveis, contados do término da vigência do convênio.

**Parágrafo único.** A prestação de contas será composta apenas das informações de execução física do Anexo G desta INS, devendo cada partícipe observar as suas próprias regras de aquisição de bens e serviços, no momento da execução das ações.

## CAPÍTULO XIV - ENCERRAMENTO DO CONVÊNIO

**Art. 40.** O gestor do convênio pelo Sebrae, baseado no relatório da execução físico-financeira confeccionado pelo partícipe executor e no parecer técnico da



UGOC/Núcleo de Convênios, elaborará parecer técnico de encerramento, destacando eventual pendência judicial, no prazo de até 30 (trinta) dias, conforme o Anexo H desta INS, que deverá ser assinado em conjunto com o gerente.

**§ 1º** O gestor de convênio encaminhará o processo para a UGOC/Núcleo de Convênios realizar a baixa do instrumento.

**§ 2º** Enquanto houver pendência judicial ou extrajudicial, o processo não poderá ser baixado, cabendo à UGOC/Núcleo de Convênios acompanhar e registrar a devolução dos recursos até a sua finalização.

**Art. 41.** O gestor do convênio pelo Sebrae deverá encerrar o projeto também nos sistemas corporativos do Sebrae.

**Art. 42.** O encerramento antecipado do convênio, que não por conclusão do objeto, deverá ser submetido à DIREX com as justificativas.

**Art. 43.** Após baixa do convênio pela UGOC/Núcleo de Convênios, o gestor deverá comunicar ao parceiro o encerramento do convênio.

## **CAPÍTULO XV – PROCEDIMENTOS DE SANÇÃO**

**Art. 44.** O gestor do convênio ou do plano de trabalho, deve definir a espécie de penalidade a ser aplicada ao partícipe executor de acordo com a gravidade da falta praticada.

**§ 1º** Antes da efetivação da aplicação da penalidade, o partícipe executor deve ser notificado para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

**§ 2º** No caso de aplicação de multa, os percentuais previstos no convênio devem ser recolhidos à tesouraria do Sebrae;

**§ 3º** Caso a multa não seja paga conforme indicado no §2º acima, o processo será enviado à UASJUR para medidas judiciais cabíveis.

**§ 4º** Para aplicação da suspensão temporária do convênio ou do impedimento de se firmar parceria com o Sebrae por até 3 (três) anos, a proposta da penalidade deve ser submetida à deliberação da Diretoria Executiva do Sebrae, acompanhada de parecer da Unidade de Assessoria Jurídica.

**§ 5º** Para aplicação da penalidade de impedimento de se firmar parceria com o Sistema Sebrae por 4 (quatro) a 6 (seis) anos, a proposta da penalidade deve ser submetida à deliberação do Conselho Deliberativo Nacional, acompanhada de parecer da Unidade de Assessoria Jurídica e avaliação prévia da Diretoria Executiva.

**§ 6º** As penalidades de suspensão temporária do convênio ou impedimento de firmar novas parcerias com o Sebrae ou com o Sistema Sebrae deverão ser disponibilizadas no Portal da Transparência.



## CAPÍTULO XVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 45.** Os documentos redigidos em língua estrangeira serão traduzidos para o português, antes de serem enviados para análise e parecer da Unidade de Assessoria Jurídica.

**Parágrafo único.** A versão final do instrumento jurídico que envolver transferência de recursos deverá ser traduzida por tradutor público antes da assinatura pelos representantes, para ter efeitos legais no País.

**Art. 46.** Será facultativa a aplicação do disposto nesta INS, no todo ou em parte, às relações jurídicas estabelecidas com entidades estrangeiras, desde que não conflitem com a legislação aplicável aos termos de cooperação internacional.

**Art. 47.** Compete à Unidade de Assessoria Jurídica avaliar, a cada dois anos ou sempre que necessário, a necessidade de atualização desta INS.

**Art. 48.** Os casos omissos desta INS, serão deliberados pela DIREX, mediante parecer técnico.

**Art. 49.** Os convênios firmados durante a vigência das Instruções Normativas anteriores deverão observar as regras nelas contidas.

**Art. 50.** Esta Instrução Normativa, aprovada pela Resolução DIREX n.º 135/2025, de 31 de março de 2025, entra em vigor nesta data, revogando a INS n.º 41, de 11 de maio de 2022, aprovada pela Resolução DIREX n.º 142, de 11 de maio de 2022.

Brasília, 31 de março de 2025

**RODRIGO DE SOUSA SOARES**  
Chefe de Gabinete da Presidência

## ANEXOS

- Anexo A** - Requisitos para Elaboração do Projeto e Plano de Trabalho
- Anexo B** - Requisitos para Elaboração de Análise Técnica
- Anexo C** - Requisitos para Elaboração de Convênio
- Anexo D** - Demonstrativo Sintético da Execução da Receita e da Despesa
- Anexo E** - Relação dos Pagamentos Efetuados com Recursos do Sebrae
- Anexo F** - Relação dos Pagamentos Efetuados com Recursos de Parceiros
- Anexo G** - Relatório de Execução Físico-Financeira
- Anexo H** - Parecer Técnico de Encerramento
- Anexo J** - Procedimentos para Cotação de Preço
- Anexo K** - Termo de Designação de Gestor
- Anexo L** - Relação de Pagamentos Efetuados com rendimentos do SEBRAE
- Anexo M** - Relação de Pagamentos Efetuados com Recursos de Rendimento de Contrapartida Financeira
- Anexo N** – Termo de Apostilamento
- Anexo O** – Termo de análise preliminar de mérito

## ANEXO A

### REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

- 1) **Proponente**
- 2) **Nome do Projeto**
- 3) **Identificação dos responsáveis pelo projeto:** nome do responsável pela gestão do projeto.
- 4) **Prazo de vigência:**  
Início: Data em que o projeto terá início.  
Fim: Data prevista para o término do projeto.
- 5) **Público-alvo/usuário final:** conjunto de clientes que se pretende beneficiar de forma intencional e direta com as ações definidas e executadas no projeto. Empresas, potenciais empresários e/ou potenciais empreendedores e/ou setores e/ou territórios nos quais devem ocorrer as transformações desejadas e em relação aos quais serão mensurados os resultados.
- 6) **Objetivo geral:** motivação e síntese dos efeitos que se deseja produzir no público-alvo no horizonte de tempo do projeto. Deve ser desafiador e possuir ligação direta com as necessidades deste público. A sua formulação está associada à definição do público-alvo e à transformação desejada na sua realidade, traduzida pelos resultados do projeto.
- 7) **Vínculo com a estratégia do Sistema Sebrae:** informar o Objetivo Estratégico do Sistema Sebrae ao qual o projeto está vinculado.
- 8) **Justificativa:** destacar com objetividade as razões pelas quais o Sebrae deve participar do projeto, evidenciando a aderência à sua estratégia de atuação. Apontar eventuais resultados de parcerias anteriores, contendo a caracterização dos interesses recíprocos dos parceiros.

### REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

- 1) **Foco Estratégico (Projetos de Atendimento):** conjunto das principais linhas de ação escolhidas para viabilizar o objetivo geral do projeto.
- 2) **Especificação de Demanda (demais projetos):** detalhamento do resultado que se deseja obter com o projeto.
- 3) **Resultados:** representam o desdobramento do objetivo e desafios do projeto em termos mensuráveis. Devem ser descritos em frases autoexplicativas iniciadas por um verbo no infinitivo (indicando a transformação que se quer realizar), seguido do indicador, da meta a ser alcançada, e do prazo de realização.
- 4) **Recursos (quando houver contrapartida financeira):** são valores expressos em moeda corrente, com indicação da fonte, que representam os meios financeiros para realização das ações (pessoal, meios físicos, logísticos e financeiros).

**Fonte orçamentária:** Nome da(s) entidade(s) responsável(eis) pela alocação dos recursos necessários para execução da ação.

**Recurso Financeiro(R\$):** Recursos financeiros necessários para a realização da ação.

**5) Ações (quando houver):** nome que transmita de maneira sucinta a sua finalidade (exemplos: pesquisa de mercado, capacitação tecnológica, melhoria do processo produtivo, unidade demonstrativa, plano de logística). Evitar o uso da nomenclatura dos produtos e serviços do Sebrae no título da ação.

**Descrição da Ação:** Descrição que traduz com clareza a sua finalidade, conteúdo e forma de implementação (o que vai ser feito, como vai ser feito e com que finalidade).

**Início:** Deve ser estabelecida considerando-se o início da execução da ação, verificando se há vinculação com outras ações que a devam preceder ou suceder.

**Término:** Deve ser estabelecida considerando-se o término da execução da ação, verificando se há vinculação com outras ações que a devam preceder ou suceder.

**Meta:** bem ou serviço qualificado e quantificado resultante da execução da ação. As metas são organizadas em dois conjuntos:

**a. Metas de atendimento:** consistem na intenção, expressa numericamente, de cada ação quanto aos instrumentos de atendimento que serão aplicados junto ao público-alvo. Essas metas são orientadas pelo Modelo de Atendimento do Sistema Sebrae. Exemplo: número de horas de consultoria.

**b. Metas de entrega:** consistem na intenção, expressa numericamente, de cada ação quanto a bens, serviços ou processos realizados para contribuir com o alcance dos resultados do projeto. Exemplo: Construção do Palácio do Mel.

**Previsão Financeira (quando houver contrapartida financeira):** definição do valor da ação especificando o valor da participação do Sebrae e do parceiro.

**6) Plano de execução física e financeira (quando houver contrapartida financeira):** cronograma financeiro definido a partir do cronograma físico (metas de entrega e atendimento). O cronograma financeiro deverá conter:

**a)** cronograma de desembolso do executor e do Sebrae, obedecidas às etapas de execução;

**b)** identificação da despesa por fonte de recursos;

**c)** percentual de participação financeira de cada partícipe, inclusive as captadas de recursos de terceiros.

**d)** orçamento detalhado em planilha de quantitativos e custo unitários e total.

**d.1)** nos casos de horas de consultoria e instrutoria: o valor máximo a ser pago será aquele praticado no SGF - Sistema de Gestão de Fornecedores. Nos casos de consultorias e instrutorias cujos valores sejam superiores aos estabelecidos no

SGF, o proponente deverá apresentar cotação de preços com três propostas e justificar a necessidade do serviço para o projeto;

**d.2)** nos casos de passagens aéreas e diárias: o valor máximo aceito será o praticado no Sebrae;

**d.3)** demais despesas: a entidade proponente deverá apresentar planilha com valores contendo pesquisa de mercado com no mínimo 3 (três) fornecedores, como forma de justificar o preço proposto no projeto, devendo arquivar os documentos relacionados ao convênio e a respectiva pesquisa, caso o Sebrae necessite realizar verificação. **(a planilha contendo as informações do item d.3 deverá vir anexa ao projeto)**

**d.4)** nos casos de descentralização de recursos para entidade vinculada ao parceiro, o plano de aplicação deve ser detalhado de forma a evidenciar a execução descentralizada, com as exigências definidas neste item, por entidade vinculada. **(a planilha contendo as informações do item d.4 deverá vir anexa ao projeto)**

**7) Cronograma físico e financeiro:** representação gráfica de etapas (ações), prazo de execução e valor. **(cronograma financeiro, quando houver)**

**8) Ciência de prestação de contas descentralizada:** declaração de que o proponente tem ciência de que a prestação de contas das entidades a ele vinculadas deverão também observar as regras de prestação de contas desta IN. **(quando houver contrapartida financeira)**

**9) Declaração sobre as contratações necessárias para execução das ações:** indicação de que todas as contratações necessárias para a execução das ações sob a responsabilidade de cada um dos partícipes, contidas no projeto, deverão observar os normativos próprios de cada um deles. **(aplicável apenas aos convênios de cooperação técnica)**

**10) Destinação de propriedade de bens produzidos/adquiridos:** informar quem serão os destinatários dos bens e dos produtos adquiridos ou produzidos no decorrer do projeto ou necessários à sua execução. Quando resultar da execução do projeto obra técnica, artística ou intelectual, deverá ser informado quem serão os titulares dos direitos autorais patrimoniais da obra.

## ANEXO B

### REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DE ANÁLISE TÉCNICA

A análise técnica deverá contemplar os seguintes aspectos:

- 1) Objetivo
- 2) Histórico/Justificativa
- 3) Adequação do projeto à missão, e às prioridades estratégicas do Sebrae;
- 4) Objetivos Estratégicos e Perspectivas: selecionar os objetivos vinculados ao projeto;
- 5) Programas Nacionais: informar se o projeto está vinculado a algum Programa Nacional;
- 6) Resultados esperados: definição dos indicadores e metas físicas a serem atingidas.
- 7) Relevância das ações propostas, tendo em vista o público-alvo que se pretende atingir;
- 8) Prazo de execução;
- 9) Indicação da previsão dos recursos orçamentários no PPA ou solicitação de recursos do fundo de reserva;
- 10) Cronograma de desembolso do executor e do Sebrae, obedecidas às etapas de execução.
- 11) Análise do cronograma de execução físico-financeiro e do custo-benefício do projeto: verificar se os itens de custos do projeto estão compatíveis com as previsões e vedações desta INS e se os valores propostos pela entidade conveniente estão compatíveis com os praticados no mercado ou no Sistema Sebrae, sendo que estes não poderão ultrapassar:
  - a) nos casos de horas de consultoria e instrutoria: os praticados no SGF - Sistema de Gestão de Fornecedores. Nos casos de consultorias e instrutorias cujos valores sejam superiores aos estabelecidos no SGF, o proponente deverá apresentar cotação de preços com três propostas e justificar a necessidade do serviço para o projeto;
  - b) nos casos de passagens aéreas e diárias: o valor máximo aceito será o praticado no Sebrae;
  - c) demais despesas: verificar se a entidade proponente apresentou planilha com valores contendo pesquisa de mercado com no mínimo 3 (três) fornecedores, como forma de justificar o preço médio previsto no projeto;
  - d) nos casos em que houver execução descentralizada, verificar se o projeto tem previsão de descentralização de recursos para entidades vinculadas ao partícipe, de acordo com detalhamento definido no item 6, d.4 do Anexo A.



**12)** declaração de não-superposição a projetos preexistentes de idêntica finalidade e da comprovação da capacidade técnica;

**13)** Nos convênios técnicos – informar a estimativa de recursos do Sebrae necessários para executar as ações previstas. Como não terá desembolso em conta do convênio, tais recursos são considerados econômicos.

**14)** parecer conclusivo recomendando ou não a aprovação total ou parcial do projeto, fundamentado em dados técnicos e objetivos;

**15)** proposta à DIREX;

**16)** nomes e assinaturas do gestor do convênio e do gerente responsável;

## ANEXO C

### REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DE CONVÊNIO

**1) Ementa:** conterá a denominação do instrumento e a numeração sequencial anual.

**2) Preâmbulo:** conterá a razão social, qualificação legal, endereço e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

**3) Cláusulas obrigatórias, salvo se dispensadas no ato autorizador:**

**a)** objeto e elementos característicos, com a descrição clara e objetiva do que se pretende alcançar, em consonância com o projeto, que integrará o convênio independente de transcrição;

**b)** sujeição dos partícipes a esta INS;

**c)** obrigatoriedade, na aquisição de produtos e na contratação de serviços com recursos do convênio, de observar os princípios de impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária a realização de cotação de preço no mercado, conforme regras contidas no Anexo J desta INS;

**c.1)** a cotação prévia prevista no Anexo A, item 14, para efeito de proposta de projeto, não dispensa o partícipe executor ao cumprimento do disposto no Anexo J, quando da efetivação da despesa;

**d)** obrigações dos partícipes, especificando a participação de cada um em consonância com o Projeto, que integrará o convênio independente de transcrição;

**e)** vigência fixada de acordo com os prazos previstos para execução do objeto;

**f)** prerrogativa do Sebrae em conservar a autoridade normativa de exercer controle e fiscalização sobre a execução das ações a serem desenvolvidas e sobre a aplicação da totalidade dos recursos alocados no objeto do convênio;

**g)** proibição, ao partícipe executor, de transferir a terceiros as obrigações assumidas no convênio sem a prévia autorização do Sebrae. A transferência não desonerará o partícipe executor das responsabilidades inerentes às obrigações transferidas;

**h)** faculdade do Sebrae de assumir ou transferir a execução a outra entidade, de modo a evitar a descontinuidade do projeto, no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer;

**i)** obrigatoriedade de abrir conta única para movimentação dos recursos do convênio, no Banco do Brasil S/A - BB ou na Caixa Econômica Federal - CEF, apresentando o documento comprobatório de sua abertura e efetuando todos os pagamentos, inclusive os decorrentes de contrapartida financeira, por meio dessa conta;

**i.1)** somente em casos especiais, previstos nos respectivos convênios, em que não seja possível viabilizar a execução do objeto, por meio do BB ou da CEF, será admitida a abertura de conta corrente em outro agente financeiro, desde que devidamente justificado no projeto e aprovado pela DIREX;

**i.2)** as entidades da Administração Federal que integram o SIAFI estarão dispensadas da obrigatoriedade de abertura de conta corrente única. Entretanto, essas entidades deverão registrar em seus sistemas contábeis, em fontes específicas, a movimentação de recursos oriundos do Sebrae destinados ao convênio, permitindo, a qualquer época, a demonstração das disponibilidades alocadas por fonte de recursos e das receitas porventura auferidas;

**i.3)** obrigatoriedade de encerramento da conta única para movimentação dos recursos do convênio, imediatamente após a apresentação da prestação de contas e devolução dos recursos aos participantes, caso haja.

**j)** obrigatoriedade de manutenção dos recursos do Sebrae, quando não utilizados em aplicação financeira ou em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

**j.1)** rendimentos das aplicações financeiras deverão ser obrigatoriamente utilizados no objeto do convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, mediante autorização do Chefe de Gabinete da Diretoria de Supervisão, fundamentada em nota técnica elaborada pela unidade demandante, sendo necessária a elaboração de termo aditivo.

**k)** proibição de utilizar os recursos do convênio nas vedações insertas no Regulamento de Convênios do Sistema SEBRAE.

**l)** como condição para liberação da primeira parcela:

**l.1)** abertura de conta única; e

**l.2)** obrigatoriedade de se comprovar o depósito da primeira parcela por parte dos demais convenientes, se houver.

**m)** para liberação das demais parcelas, se houver, deverá observar o seguinte:

**m.1)** obrigatoriedade de comprovação de execução física (ações) e dos recursos do projeto de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das etapas anteriores, como condição de liberação de recurso da parcela posterior e continuidade do convênio, mediante apresentação de demonstrativo sintético de execução da receita e da despesa (Anexo D) e relatório de execução físico-financeira (Anexo G).

**m.2)** obrigatoriedade de comprovação do depósito da contrapartida financeira prevista no cronograma de desembolso para a etapa seguinte, como condição para liberação da parcela do Sebrae.

**m.3)** obrigatoriedade de comprovação dos registros dos atendimentos realizados no período, se houver, no sistema de atendimento do Sebrae, ou na sua indisponibilidade, o registro poderá ser entregue em meio eletrônico, observado o modelo de formulário próprio e em conformidade com as regras de aceitabilidade de atendimento;

**m.4)** análise técnica do gestor;

**m.5)** comprovação do preenchimento no Portal de Convênios - módulo prestação de contas, do questionário de autoavaliação; e

**m.6)** obrigatoriedade de nota técnica da prestação de contas parcial sobre os recursos executados a cada duas parcelas liberadas, emitidas pela UGOC/Núcleo de Convênios.

**n)** Obrigatoriedade de o partícipe estruturar o projeto no Sistema de Gestão do Sebrae em até 30 (trinta) dias após assinatura do convênio.

**o)** obrigatoriedade de registrar no Portal de Convênios - módulo prestação de contas, independente de liberação da parcela posterior, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, o processo de contratação, os pagamentos efetuados no mês em curso, bem como os arquivos comprobatórios.

**p)** dever de o executor prestar contas da totalidade dos recursos alocados no projeto, no prazo de até 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, contados do término da vigência do convênio, em conformidade com as regras de prestação de contas descritas nesta instrução normativa;

**q)** definição da destinação dos bens remanescentes na data de conclusão ou extinção do instrumento que, em razão deste, tenham sido adquiridos ou produzidos, levando-se em conta a verba que o patrocinou;

**r)** garantia ao Sebrae da transferência da titularidade, se for o caso, por intermédio do “Termo de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais” de forma total ou parcial, irrevogável e irretratável, quando este resultar da execução do projeto e da criação de obra técnica, artística ou intelectual, ou de qualquer bem sujeito ao regime da propriedade intelectual, obtendo-o com as pessoas físicas titulares dos direitos autorais sobre a obra;

**s)** faculdade de os partícipes rescindirem o instrumento a qualquer tempo, imputando responsabilidade pelas obrigações geradas e creditando os benefícios adquiridos no prazo de vigência da avença;

**t)** compromisso do partícipe executor de restituir o saldo dos recursos não utilizados, atualizado monetariamente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, transferidos pelo Sebrae ou decorrentes de aplicações financeiras, em até 60 (sessenta) dias após o término ou a rescisão do convênio;

**u)** obrigatoriedade de o partícipe executor comprovar, na prestação de contas final, em relação as despesas executadas, a participação financeira nos percentuais estabelecidos no Convênio. Ocorrendo diferenças de proporcionalidades, os valores pertinentes serão ressarcidos às partes, devidamente atualizados. O índice a ser

aplicado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado a partir do fim da vigência do convênio.

**v)** identificada a necessidade de devolução de recurso do Sebrae, por inexecução total, parcial ou em desacordo com os normativos que regem o projeto, este deverá ser restituído, acrescido de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da última competência divulgada, a partir do dia subsequente ao fim da vigência do ajuste, em até 60 (sessenta) dias após a rescisão ou o término do convênio;

**w)** obrigações do interveniente, se houver;

**x)** quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho, ou com as normas desta INS, o Sebrae poderá aplicar ao partícipe as seguintes sanções, a depender da gravidade dos fatos: i) advertência; ii) multa; iii) suspensão temporária do convênio; e iv) impedimento de conveniar com o Sebrae, por até três anos.

**y)** integração, ao instrumento, independente de transcrição, do Projeto, da Análise Técnica de Projeto, ou dos demais documentos equivalentes expedidos pela unidade responsável e da resolução da DIREX.

## ANEXO D

## DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

(Deve ser extraído do Portal de Convênios - módulo prestação de contas)

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E  
DESPESA - ANEXO D

CONVÊNIO N°:			
ENTIDADE EXECUTORA:			
RECEITA		DESPESA	
GRUPO DE RECEITA	VALOR	GRUPO DE DESPESA	VALOR
RECURSOS PRÓPRIOS		DESPESAS COM VIAGENS	
RENDIMENTOS APLICAÇÕES - RECURSOS SEBRAE/NA		DESPESAS TRIBUTARIAS E FINANCEIRAS	
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES - RECURSOS PRÓPRIOS		PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS	
REPASSE SEBRAE/NA		SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS	
TOTAL DE RECEITAS:		TOTAL DAS DESPESAS:	
		SALDO:	
TOTAL GERAL:		TOTAL GERAL:	

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Responsável pela execução:

Responsável Técnico pela prestação de contas:

CRC:



## ANEXO E

## RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS COM RECURSOS DO SEBRAE

**(Deve ser extraído do Portal de Convênios - módulo de prestação de contas)**

[illegible]

## ANEXO F

## RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS COM RECURSOS DE PARCEIROS

**(Deve ser extraído do Portal de Convênios - módulo de prestação de contas)**



## ANEXO F

**RELACÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS COM RECURSOS DE PARCEIROS**

<b>CONVÊNIO Nº</b>								
<b>ENTIDADE EXECUTORA:</b>								
<b>Nº ORDEM</b>	<b>CREDOR</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS</b>	<b>DOCUMENTOS DE DESPESAS</b>				<b>Nº DOC BANCARIO</b>
				<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA DO PAGAMENTO</b>	<b>VALOR</b>	
<b>TOTAL DE PAGAMENTOS:</b>								

de de

Responsável pela execução:

Responsável Técnico pela prestação de contas:

CRC:

**ANEXO G****RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA**

(Visa demonstrar, dentre outros, a execução das etapas definidas no projeto – parcial e final, em consonância com os dados financeiros evidenciados no Anexo D retirado do sistema de prestação de contas).

<b>Nome da Instituição Executora</b>
<b>Nº. do Convênio e Aditivos</b>
<b>Objetivo</b>
<b>Data de Início e Término</b>

<b>Informar a etapa a que se refere o relatório (parcial ou final)</b>
------------------------------------------------------------------------

<b>Financiadores</b>	<b>Valor Previsto (a)</b>	<b>Valor Realizado (b)</b>	<b>% b/a</b>
<b>Parceiros</b>			
<b>Sebrae</b>			
<b>Total</b>			

<b>Executores</b>	<b>Ações Previstas (a)</b>	<b>Ações Realizadas (b)</b>	<b>% b/a</b>
<b>Parceiros</b>			
<b>Total</b>			

<b>Justificativa das Dificuldades Eventualmente Enfrentadas na Execução do Projeto:</b>
-----------------------------------------------------------------------------------------

<b>Principais Realizações do Projeto: (informação para o relatório final)</b>
-------------------------------------------------------------------------------

<b>Resultados para Público-alvo atendido: (informação para o relatório final)</b>
-----------------------------------------------------------------------------------

<b>Descrição das Metas Alcançadas: (informação para o relatório final)</b>
----------------------------------------------------------------------------

<b>Conclusão (outras informações que o partícipe executor julgar necessárias)</b>
-----------------------------------------------------------------------------------

<b>Data e assinatura do responsável legal</b>
-----------------------------------------------

## ANEXO H

## PARECER TÉCNICO DE ENCERRAMENTO

(O parecer técnico de encerramento deverá, minimamente, conter as informações abaixo, e deverá ser anexado ao processo de prestação de contas e enviada uma cópia para o partícipe executor)

<b>Nome da Instituição Executora</b>
<b>Nº. do Convênio e Aditivos</b>
<b>Objetivo</b>
<b>Data de Início e Término</b>

Financiador	Valor Previsto (a)	Valor Realizado (b)	% b/a
Parceiros			
Sebrae			
Total			

Executores	Metas Previstas (a)	Metas Realizadas (b)	% b/a
Parceiros			
Total			

<b>Principais Realizações do Projeto:</b>
-------------------------------------------

<b>Dificuldades Enfrentadas na Execução do Projeto:</b>
---------------------------------------------------------

<b>Resultados para o Público-alvo atendido:</b>
-------------------------------------------------

<b>Descrição das Metas Alcançadas:</b>
----------------------------------------

<b>Análise das Ações Previstas em Relação às Executadas:</b>
--------------------------------------------------------------

<b>Conclusão</b> (evidenciando a aprovação ou não do Relatório de Execução Físico-Financeira).
------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>Data e assinatura do gestor do convênio</b>
------------------------------------------------

<b>Assinatura do gerente da unidade responsável</b>
-----------------------------------------------------

## ANEXO J

### PROCEDIMENTOS PARA COTAÇÃO DE PREÇO

1. A cotação prévia de preço deverá ser observada para todas as aquisições realizadas com recursos do convênio, e deverá ser realizada conforme os seguintes procedimentos:

**a)** o executor fará a descrição detalhada do objeto a ser contratado, em conformidade com o projeto, especificando as quantidades, nos casos de aquisição de bens, e a qualificação técnica, em se tratando de serviços;

**b)** o executor deverá apresentar, no mínimo, três propostas de fornecedores distintos, observados os seguintes requisitos:

**b.1)** critério de seleção que priorize o menor preço, sendo admitida a definição de outros critérios relevantes para atingir os objetivos do projeto, relacionados a qualificação técnica, caráter estético, funcional e ambiental e custo de utilização;

**b.2)** o executor, em decisão fundamentada, deverá emitir documento indicando a proposta mais vantajosa selecionada, seguindo os critérios definidos no chamamento;

**b.3)** a cotação ficará apensada às respectivas despesas;

**b.4)** a cotação prévia de preço será desnecessária, quando, em razão da natureza do objeto, não houve pluralidade de opções, devendo comprovar os preços que o fornecedor já praticou com outros demandantes e a sua característica una.

**c)** uma vez definida a proposta mais vantajosa deverá ser formalizada a contratação, seja por meio de contrato ou outro documento que comprove a relação jurídica estabelecida.

2. Caso o partícipe executor não observe os procedimentos estabelecidos neste Anexo, para execução do objeto pretendido, a despesa não será considerada para fins de validação da prestação de contas, devendo o recurso ser devolvido ao Sebrae.

3. A apresentação de cotação prévia prevista no Anexo A, item 6 “d”, para efeito de proposta de projeto, não dispensa o partícipe executor ao cumprimento do disposto neste Anexo, quanto às efetivas aquisições de produtos e serviços.

4. Eventuais demandas decorrentes das contratações realizadas pelo parceiro serão de sua única e exclusiva responsabilidade.

## ANEXO K

### TERMO DE DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONVÊNIO OU DO PLANO DE TRABALHO

Em cumprimento aos dispositivos da Instrução Normativa SEBRAE de Convênios, eu, (nome do gerente), Gerente da Unidade (nome da unidade), no uso de minhas atribuições, resolvo designar o(s) analista(s), abaixo designado(s), para supervisionar, gerir, e acompanhar a execução deste Convênio e/ou Plano de Trabalho nº \_\_\_\_\_, fazendo cumprir integral e pontualmente todas as disposições e objeto constantes das cláusulas conveniais pactuadas.

Data de designação:

Nome do Gestor

Assinatura do Gestor

Nome do Gerente

Assinatura do Gerente



**ANEXO L****RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS COM RENDIMENTOS DO SEBRAE**

CONVÊNIO Nº		0092.13						
ENTIDADE EXECUTORA:		FACESP						
Nº ORDEM	CREDOR	CPF/CNPJ	DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	DOCUMENTOS DE DESPESAS				Nº DOC BANCARIO
				IDENTIFICAÇÃO	Nº	DATA DO PAGAMENTO	VALOR	
TOTAL DE PAGAMENTOS:								

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Responsável pela execução:

Responsável Técnico pela prestação de contas:

CRC:

ANEXO M

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS COM RENDIMENTO DE  
CONTRAPARTIDA FINANCEIRA



ANEXO M

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS COM RENDIMENTO DE  
CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

CONVÊNIO Nº								
ENTIDADE EXECUTORA:								
Nº ORDEM	CREDOR	CPF/CNPJ	DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	DOCUMENTOS DE DESPESAS				Nº DOC BANCARIO
				IDENTIFICAÇÃO	Nº	DATA DO PAGAMENTO	VALOR	
TOTAL DE PAGAMENTOS:								

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Responsável pela execução:

Responsável Técnico pela prestação de contas:

CRC:

**ANEXO N**  
**TERMO DE APOSTILAMENTO****TERMO DE APOSTILAMENTO nº XX DO  
CONVÊNIO Nº XX/XXXX DE XX/XX/XXXX  
ENTRE O SEBRAE XXXXXXXXXXXXXXXX.**

O **SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE**, entidade associativa de Direito Privado sem fins lucrativos, transformado em serviço social autônomo pelo Decreto nº. 99.570, de 9 de outubro de 1990, com sede no SGAS 605 – Conjunto A, Asa Sul, Brasília – DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 00.330.845/0001-45, resolve, conforme Nota Técnica nº XX/XXXX, modificar o Convênio nº XXXXXXXX, firmado com XXXXXXXXXXXXXXXX, pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Convênio nº XXXXXXXX, visando XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DEMAIS CLÁUSULAS**

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Convênio nº XXXXXXXX, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

E por estarem de acordo, as partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a plataforma de assinaturas do SEBRAE: <https://www.AssinaturaDigital.sebrae.com.br/Portal/#/>, admitindo válidas as assinaturas realizadas eletronicamente.

Brasília, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx.

---

**Gestor**

---

**Gerente**

**Obs.:** este termo deverá ser enviado ao parceiro de modo que possa se comprovar o recebimento do documento. Após, deverão ser juntados ao processo, tanto este termo, como o comprovante de recebimento do parceiro.

## **ANEXO O**

### **TERMO DE ANÁLISE PRELIMINAR DE MÉRITO**

A Diretoria Executiva, nos termos do art. 10, I, da Resolução CDN nº 531/2024, declara que analisou o mérito da parceria proposta abaixo indicada e autoriza a continuidade da análise do projeto pelas unidades competentes.

nome da entidade;

objeto da parceria:

prazo de execução:

valor:

Declara ainda que a apreciação final do projeto somente será realizada e deliberada após a análise e pareceres técnicos que evidenciem não haver nenhum impedimento para sua realização e a sua aderência aos normativos vigentes.

Data

Assinaturas dos Diretores (vedada delegação)

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

## IN 41, de março de 2025 - Projetos, Parcerias e Convênios

O documento acima foi proposto para assinatura digital através da plataforma de assinaturas do SEBRAE. Para verificar a autenticidade das assinaturas clique neste link

<https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#!/search?codigo=0A-EB-C7-A6-15-96-E7-27-E2-31-23-4D-0A-97-6A-9C-AC-8E-CE-78> acesse o site

<https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#!/search> e digite o código abaixo:

**CÓDIGO:** 0A-EB-C7-A6-15-96-E7-27-E2-31-23-4D-0A-97-6A-9C-AC-8E-CE-78

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status é(são):

✓ **Rodrigo de Sousa Soares - 933.\*\*\*.\*\*\*-00** - 31/03/2025 19:30:09

**Status:** Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

**IP:** 187.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*4

